

**Relatório da Administração**

A Diretoria da Citigroup Global Markets Brasil CTVM S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresenta as Demonstrações Financeiras relativas aos semestres findos em 30 de junho de 2016 e 2015, bem como o Relatório dos Auditores Independentes.

São Paulo, 15 de agosto de 2016. **A Diretoria.**

**Balancos Patrimoniais**

Em 30 de junho de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota	2016	2015
<b>Ativo circulante</b>		<b>706.642</b>	<b>733.545</b>
Disponibilidades	4	2.674	433
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	5.900	8.300
Aplicações em operações compromissadas		5.900	8.300
<b>Títulos e valores mobiliários</b>	<b>6</b>	<b>253.547</b>	<b>294.558</b>
Carteira própria		24.947	93.704
Vinculados à prestação de garantias		228.600	200.854
<b>Operações de crédito</b>	<b>7</b>	<b>99.346</b>	<b>26.570</b>
Operações de crédito - Setor privado		99.346	26.570
<b>Outros créditos</b>		<b>345.133</b>	<b>403.321</b>
Rendas a receber		359	1.394
Negociação e intermediação de valores	8	316.633	372.360
Creditos tributários	9	5.214	9.277
Diversos	10	22.927	20.290
<b>Outros valores e bens</b>		<b>42</b>	<b>363</b>
Despesas antecipadas		42	363
<b>Não circulante</b>		<b>340.800</b>	<b>260.495</b>
<b>Ativo realizável a longo prazo</b>		<b>338.684</b>	<b>258.319</b>
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	199.967	130.494
Aplicações em depósitos interfinanceiros		199.967	130.494
<b>Títulos e valores mobiliários</b>	<b>6</b>	<b>91.415</b>	<b>87.194</b>
Carteira própria		91.415	87.194
<b>Outros créditos</b>		<b>47.302</b>	<b>40.631</b>
Creditos tributários	9	25.072	19.246
Diversos	10	22.230	21.385
<b>Permanente</b>		<b>2.116</b>	<b>2.176</b>
Investimentos	11	15	2
Outros investimentos		15	2
<b>Imobilizado de uso</b>	<b>12</b>	<b>1.807</b>	<b>2.076</b>
Outras imobilizações de uso		10.273	10.002
(Depreciações acumuladas)		(8.466)	(7.926)
<b>Intangível</b>	<b>13</b>	<b>294</b>	<b>98</b>
Ativos intangíveis		2.620	2.286
(Amortizações acumuladas)		(2.326)	(2.188)
<b>Total do ativo</b>		<b>1.047.442</b>	<b>994.040</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

PASSIVO	Nota	2016	2015
<b>Passivo circulante</b>		<b>547.466</b>	<b>523.268</b>
Outras obrigações		547.466	523.268
Sociais e estatutárias		5.581	-
Fiscais e previdenciárias	14	10.028	5.587
Negociação e intermediação de valores	8	488.272	451.611
Diversas	15	43.485	66.070
<b>Não circulante</b>		<b>18.012</b>	<b>16.001</b>
Outras obrigações		18.012	16.001
Fiscais e previdenciárias	14	11.798	11.018
Diversas	15	6.214	4.983
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>17</b>	<b>481.964</b>	<b>454.771</b>
Capital social - De domiciliados no exterior		248.000	248.000
Reserva de lucros		217.266	210.989
Ajuste de avaliação patrimonial		(2.780)	-
Lucro/(prejuízo) acumulado		19.478	(4.218)
<b>Total do passivo</b>		<b>1.047.442</b>	<b>994.040</b>

**Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido**

Para os semestres findos em 30 de junho de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Nota	Reservas de lucros		Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros/(prejuízos) acumulados	Total
		Capital social	Reserva legal			
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>		<b>248.000</b>	<b>18.051</b>	<b>192.938</b>	<b>-</b>	<b>458.989</b>
(Prejuízo) líquido		-	-	-	(4.218)	(4.218)
<b>Saldos em 30 de junho de 2015</b>		<b>248.000</b>	<b>18.051</b>	<b>192.938</b>	<b>(4.218)</b>	<b>454.771</b>
Saldos em 31 de dezembro de 2015		248.000	18.531	197.849	-	464.380
Adoção ao CPC 33 - Benefícios a empregados		-	-	-	(2.647)	(2.647)
<b>Saldos de abertura em 1º de janeiro de 2016</b>		<b>248.000</b>	<b>18.531</b>	<b>197.849</b>	<b>(2.647)</b>	<b>464.380</b>
Ajustes de avaliação patrimonial - Benefícios a empregados		-	-	-	(133)	(133)
Lucro líquido		-	-	-	17.717	17.717
Destinações:		-	-	-	-	-
Reservas	17.b e c	-	886	-	(886)	-
<b>Saldos em 30 de junho de 2016</b>		<b>248.000</b>	<b>19.417</b>	<b>197.849</b>	<b>(2.780)</b>	<b>481.964</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**

Para os semestres findos em 30 de junho de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

**1 | Contexto operacional**

A Citigroup Global Markets Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Corretora) é parte integrante do Conglomerado Citibank no Brasil, e suas operações são conduzidas de forma integrada a um conjunto de empresas que atua nos mercados financeiro e de capitais. Utiliza-se dos recursos administrativos e tecnológicos dessas empresas e suas demonstrações financeiras devem ser entendidas nesse contexto. A Corretora tem como objeto social a prática de todas as operações permitidas nas disposições legais e regulamentares às companhias corretoras, operando em sistema mantido pela bolsa de valores e na compra e venda de títulos e valores mobiliários por conta de terceiros ou por conta própria.

**2 | Apresentação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional - CMN, do Banco Central do Brasil (Banco Central) e Pronunciamentos Contábeis - CPC, quando aplicável. A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. Na elaboração dessas demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas de preços para contabilização e determinação dos valores ativos e passivos. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e passivos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados. A autorização para publicação das demonstrações financeiras foi dada pela Administração da Corretora em 15 de agosto de 2016.

**3 | Principais práticas contábeis**

**a) Apuração do resultado**

As receitas e despesas são apuradas pelo regime de competência.

**b) Caixa e equivalentes de caixa**

Os saldos classificados como caixa e equivalentes de caixa, nas demonstrações dos fluxos de caixa referem-se às disponibilidades, às aplicações em operações compromissadas posição bancada e às aplicações em moeda estrangeira contratadas com prazo inferior a 90 dias.

**c) Aplicações interfinanceiras de liquidez**

Estão demonstradas pelo valor do principal, atualizado com base no indexador contratado, quando for o caso, acrescido dos rendimentos e encargos decorridos.

**d) Títulos e valores mobiliários**

Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, pela Administração, independente dos prazos de vencimento dos papéis, em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

**i. Títulos para negociação** - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, sendo que os rendimentos auferidos e o ajuste ao valor de mercado são reconhecidos em contrapartida ao resultado do período. Os títulos classificados nesta categoria são apresentados no ativo circulante do balanço patrimonial, independente do seu prazo de vencimento, conforme Circular BACEN nº 3.063/2001.

**ii. Títulos mantidos até o vencimento** - Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período;

**iii. Títulos disponíveis para venda** - Aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento e são registrados pelo custo de aquisição com rendimentos apropriados no resultado e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

O valor de mercado dos títulos públicos é apurado segundo Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA, que determina o valor líquido provável de realização através de parâmetros que compreendem, entre outros, o preço médio de negociação para títulos e valores mobiliários semelhantes em relação aos prazos de pagamento e vencimento.

As ações são valorizadas pela cotação de fechamento do dia em que foram negociadas em bolsa de valores em contrapartida ao resultado do período.

Os Certificados de Depósito Bancário - CDB, são atualizados considerando custo de aquisição e os rendimentos auferidos pelo indexador do contrato. O valor de curva e o seu valor de mercado se equiparam.

A valorização das cotas de fundos de índice de mercado é baseada na média ponderada do preço dos ativos que formam a composição da carteira.

**e) Operações de crédito**

As operações de crédito são realizadas sob a modalidade de financiamentos a pessoas físicas e jurídicas que satisfazem as condições para contratação de operações destinadas a aquisições de ações.

**Direitos e/ou obrigações por empréstimos de ações** - As ações cedidas ou tomadas por empréstimos são registradas em conta específica, valorizadas pela cotação de fechamento do último dia em que foram negociadas na bolsa de valores e que habitualmente tem maior negociação, acrescida dos encargos/rendimentos do empréstimo, apropriada diariamente no resultado.

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, do Conselho Monetário Nacional - CMN, que requer a análise periódica da carteira.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

**f) Provisão para créditos de liquidação duvidosa**

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada em conformidade com os preceitos da Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, do Conselho Monetário Nacional - CMN, considerando-se a classificação das operações de crédito e outros créditos em nove níveis de risco que, por sua vez, estão diretamente relacionados ao percentual da provisão a ser constituída.

As operações de crédito são classificadas na análise periódica do devedor e da operação, levando-se em consideração itens como a situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, fluxo de caixa, administração e qualidade de controles, pontualidade e atrasos nos pagamentos, contingências, setor de atividade, limite de crédito e as características gerais da operação, bem como as garantias enviadas.

As baixas de operações de crédito contra prejuízo (*write-offs*) são efetuadas após decorridos 6 meses contados a partir da classificação no *rating* H, desde que apresentem atraso superior a 180 dias.

**g) Negociação e intermediação de valores**

Os saldos são demonstrados pelos valores das operações de compra ou venda de instrumentos financeiros realizados junto às bolsas de valores e de mercadorias e futuros, por conta própria e de clientes, pendentes de liquidação dentro do prazo previsto pela legislação em vigor.

**h) Permanente**

i. Investimentos São representados por certificados de investimentos e estão registrados pelo seu custo original.

**ii. Imobilizado**

O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição e depreciado pelo método linear utilizando as taxas anuais de 10% para móveis, utensílios, sistema de segurança e instalações e 20% para sistema de processamento de dados e veículos.

**iii. Intangível**

O ativo intangível é composto por:

- Aquisição e desenvolvimento de software registrados pelo custo de aquisição ou formação, amortizados pelo método linear utilizando-se a taxa de 20% ao ano, contabilizados a partir de 1º de outubro de 2008.

Além da amortização, os valores são submetidos a revisões periódicas de testes de *impairment* conforme descrito na nota 31.

**ii) Redução do valor recuperável de ativos (Impairment)**

O Conselho Monetário Nacional - CMN, emitiu em 29 de maio de 2008 a Resolução nº 3.566 com efeito a partir de 1º de julho de 2008, aprovando a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 01, que dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos (*impairment*), estabelecendo os seguintes critérios:

- Os ativos são sujeitos à amortização são revisados anualmente para a verificação de *impairment* e/ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável;

- Uma perda por *impairment* ocorre quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, sendo reconhecida diretamente no resultado.

**j) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais**

São avaliados, reconhecidos e demonstrados de acordo com a determinação estabelecida na Resolução nº 3.823 do Conselho Monetário Nacional - CMN, de 16 de dezembro de 2009, que aprova a utilização do Pronunciamento Técnico CPC 25.

**i. Ativos e passivos contingentes**

Representados por direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros.

**Ativos contingentes** - São reconhecidos apenas quando da existência de evidências que assegurem sua realização.

**Passivos contingentes** - Decorrem, basicamente, de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos.

As reservas trabalhistas são calculadas para todos os funcionários cujo contrato de trabalho foi encerrado voluntária ou involuntariamente conforme o prazo prescricional da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT (2 anos), pois a entidade espera uma possível saída de recursos. Quando o funcionário aciona a justiça do trabalho, a provisão passa a seguir o critério descrito abaixo.

As ações cíveis e trabalhistas são classificadas como massificadas ou relevantes, dependendo do valor do pedido.

As ações cíveis com valores inferiores a R\$ 300 e as trabalhistas com pedidos inferiores a R\$ 500 são consideradas massificadas. As ações massificadas são provisionadas com base na média de perda histórica calculada com base nos casos encerrados nos últimos 18 meses, acrescidas dos juros desde a data de ajuizamento/citação mensalmente.

Para as ações consideradas relevantes, o critério para constituição de provisão é o seguinte:

No ajuizamento da causa, os processos trabalhistas são provisionados com base em percentual do valor do pedido. O referido percentual é calculado de acordo com a média histórica de pagamentos dos processos encerrados nos últimos 18 meses considerados relevantes, tomando em consideração percentual de ganhos de causa, percentual de acordos e percentual de perdas quando da sentença em primeira instância adicionado do valor de risco existente na base ativa. A avaliação individual da probabilidade de perda é efetuada com base no julgamento dos advogados internos ou externos, sobre o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, da jurisprudência em questão, da possibilidade de recorrer a instâncias superiores e da experiência histórica da empresa. Esse é um exercício subjetivo, sujeito a incertezas de uma previsão sobre eventos futuros, sobretudo acerca de matéria jurídica. Como tal, é entendido que as avaliações serão sujeitas a revisão frequente e a eventuais alterações.

As ações cíveis consideradas relevantes terão sua avaliação de risco calculada pelos advogados externos e serão provisionadas pelo valor do risco de perda quando considerada como perda provável.

As ações cíveis e trabalhistas estão registradas na rubrica contábil "Outras obrigações - Diversas".

**ii. Obrigações legais - Fiscais e previdenciárias**

Representadas por exigíveis relativos às obrigações tributárias, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial, constituídas pelo valor integral em discussão, independentemente da avaliação dos consultores legais e da Administração.

As ações fiscais e previdenciárias são quantificadas quando do recebimento da notificação dos processos administrativos, com base nos valores destes, atualizados mensalmente, e registradas na rubrica de "Provisão para riscos fiscais".

**k) Imposto de renda e contribuição social**

As provisões para o imposto de renda e contribuição social foram constituídas sobre o lucro líquido ajustado conforme legislação fiscal, às alíquotas de 15% acrescidas do adicional de 10% para o Imposto de Renda.

Em 22 de maio de 2015, foi editada pelo Poder Executivo a MP nº 675/2015, que aumentou a alíquota da CSLL sobre o lucro de instituições financeiras de 15% para 20%.

Em MP entrou em vigor a partir de 1º de setembro de 2015 e a referida MP foi convertida na Lei nº 13.169 de 5 de outubro de 2015.

A virtude da majoração de alíquota da CSLL, a Corretora registrou crédito tributário adicional no montante de R\$ 3.700. A referida majoração de alíquota aumentou o valor da CSLL a recolher neste semestre no montante de R\$ 857.

Os créditos tributários são constituídos com base nas disposições constantes na Resolução nº 3.059, de 30 de dezembro de 2002, e na Resolução nº 3.355, de 31 de março de 2006, do Conselho Monetário Nacional - CMN, que determinam que a Entidade deve atender, cumulativamente, para registro e manutenção contábil de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e aqueles decorrentes de diferenças temporárias, as seguintes condições:

i. Apresentar histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social, no mínimo, em três exercícios dos últimos cinco exercícios sociais, incluindo o exercício em referência; e

ii. Expectativa de geração de lucros tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em exercícios subsequentes, baseada em estudos técnicos que permitam a realização do crédito tributário em um prazo máximo de 10 anos.

**l) Plano de incentivos com base em ações**

A Corretora participa de planos de incentivos com base em ações do Citigroup, representado pelos seguintes programas:

- CAP (*Capital Accumulation Program*), que oferece ações aos funcionários, com base no Acordo de Participação de Afiliadas em Planos de Ações (*Stock Plans Affiliate Participation Agreement - SPAPA*) em que a Corretora efetua remessa de câmbio ao Citigroup pelo preço de mercado da ação na data de transferência dos recursos.

O CAP é um programa com liquidação em instrumento financeiro, com contabilização das respectivas obrigações de efetuar pagamentos ao Citigroup. É reconhecido o valor justo dos prêmios na data de concessão como uma despesa de remuneração durante o período de aquisição, com um crédito correspondente na provisão. Todos os valores pagos ao Citigroup e as respectivas obrigações segundo o SPAPA são reconhecidos no resultado ao longo do período de aquisição.

- Stock Option, programa que o funcionário tem o direito de exercer a opção e receber em dinheiro a diferença entre o preço da ação no mercado e o preço da ação na data da concessão da opção.

O *Stock Option* é um programa com liquidação em caixa e o valor da obrigação é reconhecido durante o período de vigência da opção, pelo seu valor justo em contrapartida ao resultado do período.

**m) Benefícios pós-emprego**

A Corretora participa de plano de benefício de aposentadoria suplementar de contribuição definida. A despesa no resultado representa as contribuições pagas em relação ao serviço prestado pelos funcionários durante o ano. A Corretora também participa de plano de benefício de aposentadoria e plano de assistência à saúde para aposentados de benefício definido onde não há participação do funcionário em seu custeio. Para seus planos de benefício definido, a obrigação reconhecida no balanço representa o cálculo atuarial do valor presente da obrigação relativa a benefícios definidos na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, juntamente com ajustes referentes ao custo do serviço passado.

A obrigação relativa a benefícios definidos é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas de caixa estimadas futuras, utilizando taxas de juros de títulos do governo denominados na moeda em que os benefícios serão pagos, e que tenham prazos de vencimento similares aos prazos da respectiva obrigação previdenciária. Os ganhos e as perdas atuariais são reconhecidos imediatamente em ajuste de avaliação patrimonial. Os custos do serviço corrente e passado, as despesas de juros e o retorno esperado sobre os ativos são reconhecidos na demonstração do resultado.

Será reconhecido um excedente no balanço quando houver um benefício econômico disponível à Corretora como redução nas contribuições futuras ou como reembolso de verbas para a empresa (regra do teto do ativo - *asset ceiling*).

O Banco Central publicou em 25 de junho de 2015 a Resolução nº 4.424, referendando o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Para o plano de assistência à saúde para aposentados essa Resolução não trouxe impactos no balanço patrimonial da Corretora em função da adoção antecipada do CPC 33, considerado que este plano estava deficitário.

Os benefícios pós-emprego, relacionados a complemento de aposentadoria na modalidade contribuição definida e prestação de serviços assistenciais, na modalidade benefício definido, de responsabilidade do patrocinador, foram avaliados e mesmo estes, sendo *superavitários*, a aplicação da regra gerou um impacto na linha de outros ajustes de avaliação patrimonial, lucros acumulados e resultado decorrente da contabilização do custo do benefício definido considerando premissas atuariais. Não houve impacto em ativos e passivos, dada a observância da regra do *asset ceiling*.

**i. Benefícios de curto prazo**

Os benefícios de curto prazo, inclusive Participação nos Lucros e Resultados, para os empregados atuais são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados.

**4 | Caixa e equivalentes de caixa**

	2016	2015
Disponibilidades em moeda nacional	2.665	425
Disponibilidades em moedas estrangeiras	9	8
Aplicações em operações compromissadas - Posição bancada	5.900	8.300
<b>Total</b>	<b>8.574</b>	<b>8.733</b>

**5 | Aplicações interfinanceiras de liquidez**

	2016		2015	
--	------	--	------	--

...Continuação

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras****Para os semestres findos em 30 de junho de 2016 e 2015**

(Em milhares de Reais)

**10| Outros créditos - Diversos**

	2016		2015	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Devedores por depósitos em garantia	-	22.230	-	21.385
Impostos e contribuições a compensar	149	-	179	-
Adiantamentos e antecipações	1.984	-	1.645	-
Outros (nota 25.c)	20.794	-	18.466	-
<b>Total</b>	<b>22.927</b>	<b>22.230</b>	<b>20.290</b>	<b>21.385</b>

**11| Investimentos**

O saldo de outros investimentos é composto, por títulos patrimoniais no valor de R\$ 15 (2015 - R\$ 2).

**12| Imobilizado de uso**

	2016			2015		
	Custo	Depreciação acumulada	Residual	Custo	Depreciação acumulada	Residual
Instalações	1.859	(875)	984	1.197	(839)	358
Móveis e equipamentos de uso (1)	1.197	(718)	479	2.983	(2.909)	74
Sistemas de comunicação	2.983	(2.841)	142	4.044	(3.654)	390
Sistemas de processamentos de dados	2	(1)	1	2	(1)	1
Sistemas de segurança	188	(188)	-	188	(188)	-
Sistemas de transporte	10.273	(8.466)	1.807	10.002	(7.926)	2.076

	2016			2015		
	Custo	Depreciação acumulada	Residual	Custo	Depreciação acumulada	Residual
Instalações	1.859	(688)	1.171	1.197	(718)	479
Móveis e equipamentos de uso	1.197	(718)	479	2.983	(2.841)	142
Sistemas de comunicação	2.983	(2.841)	142	3.773	(3.490)	283
Sistemas de processamentos de dados	2	(1)	1	2	(1)	1
Sistemas de segurança	188	(188)	-	188	(188)	-
Sistemas de transporte	10.002	(7.926)	2.076	10.002	(7.926)	2.076

(1) Para fins de publicação o saldo do Ativo Diferido foi classificado em Móveis e equipamentos de uso.

**13| Intangível**

	2016			2015		
	Custo	Amortização acumulada	Valor residual	Custo	Amortização acumulada	Valor residual
Desenvolvimento de software (1)	2.620	(2.326)	294	2.286	(2.188)	98
<b>Total</b>	<b>2.620</b>	<b>(2.326)</b>	<b>294</b>	<b>2.286</b>	<b>(2.188)</b>	<b>98</b>

(1) Para fins de publicação o saldo do Ativo Diferido foi classificado em Desenvolvimento de software.

**14| Outras obrigações - Fiscais e previdenciárias**

	2016		2015	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão para impostos e contribuições sobre o lucro	3.056	-	1.221	-
Impostos e contribuições a recolher	2.878	-	2.477	-
Provisão para impostos e contribuições diferidos	1.854	-	700	-
Provisão para riscos fiscais (nota 16)	2.240	11.798	1.189	11.018
<b>Total</b>	<b>10.028</b>	<b>11.798</b>	<b>5.587</b>	<b>11.018</b>

**15| Outras obrigações - Diversas**

	2016		2015	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão para pagamentos de despesas de pessoal	28.877	-	48.398	-
Valores a pagar a ex-acionistas (1)	13.745	-	12.339	-
Valores a pagar à sociedade ligada no exterior (2)	-	-	4.616	-
Provisão para pagamentos a efetuar	153	-	97	-
Provisão para passivos contingentes - Cíveis (nota 16)	-	1.688	-	1.390
Provisão para passivos contingentes - Trabalhistas (nota 16)	429	4.526	595	3.593
Provisão para passivos atuariais	281	-	25	-
<b>Total</b>	<b>43.485</b>	<b>6.214</b>	<b>66.070</b>	<b>4.983</b>

(1) Referem-se à provisão de valores a pagar aos ex-acionistas da Intra, registrada no segundo semestre de 2011. A Corretora mantém depositado judicialmente 100% do saldo que é atualizado mensalmente pela taxa SELIC.

(2) Referem-se, basicamente, à comissão paga à empresa ligada no exterior por indicações de clientes globais.

**16| Passivos contingentes e obrigações legais****a) Saldos patrimoniais dos passivos contingentes por natureza**

	2016		2015	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão para riscos fiscais	2.240	11.798	1.189	11.018
Provisão para passivos contingentes - Cíveis	-	1.688	-	1.390
Provisão para passivos contingentes - Trabalhistas	429	4.526	595	3.593
<b>Total</b>	<b>2.669</b>	<b>18.012</b>	<b>1.784</b>	<b>16.001</b>

Em conformidade aos procedimentos previstos no Pronunciamento Técnico CPC 25, aprovado pela Resolução nº 3.823 do Conselho Monetário Nacional - CMN de 16 de dezembro de 2009 e, na Carta-Circular nº 3.429 publicada pelo Banco Central do Brasil em 11 de fevereiro de 2010, a Corretora tem constituída uma provisão para riscos fiscais, composta basicamente, pelo seguinte caso:

• **PIS e COFINS sobre despesas de corretagem - R\$ 11.798 (2015 - R\$11.018)** - Trata-se de processo onde se discute a dedução das despesas incorridas a título de prestação de serviços de corretagem para fins de apuração da base de cálculo do PIS e COFINS devidos a partir de 2003. Aguarda-se decisão de segunda instância.

**Contingências classificadas com risco de perda possível:**

Não são reconhecidas contabilmente pois a Administração, com base na avaliação de especialistas e nas condições processuais de cada ação, entende que estes processos não produzirão efeitos patrimoniais. Estão representadas por processos fiscais de R\$ 68.413 (2015 - R\$ 40.143), compostas basicamente, pelos seguintes processos fiscais:

• **Desmutualização - BM&F e Bovespa - R\$ 38.555 (2015 - R\$ 35.700)** - Trata-se de processos onde se discute o recolhimento do PIS, COFINS, Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro auferido no processo de conversão dos títulos patrimoniais da BM&F, Bovespa e Cetip em ações. Aguardam-se decisões de segunda instância.

• **PIS e COFINS sobre Incorporação de Ações - R\$ 14.343** - trata-se de processo onde se discute o recolhimento de PIS e COFINS sobre suposto ganho de capital ocorrido na incorporação de ações da BM&F e BOVESPA. Aguarda-se julgamento de segunda instância administrativa.

• **ISS Corretagem - R\$ 4.606 (2015 - R\$ 4.237)** - trata-se de processo onde se discute a incidência do ISS sobre as operações realizadas na BM&FBovespa. Aguarda-se julgamento de embargos à execução.

**b) Movimentação das contingências**

	Saldo em 31/12/2015				Saldo em 30/06/2016			
	Constituição	Reversão	Utilização	Atualização	Constituição	Reversão	Utilização	Atualização
Cíveis	1.547	65	(65)	141	1.688	-	-	-
Trabalhistas	4.755	529	(287)	(133)	91	4.955	-	-
Fiscais	13.526	-	-	512	14.038	-	-	-
<b>Total</b>	<b>19.828</b>	<b>594</b>	<b>(287)</b>	<b>(198)</b>	<b>744</b>	<b>20.681</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

  

	Saldo em 31/12/2014				Saldo em 30/06/2015			
	Constituição	Reversão	Utilização	Atualização	Constituição	Reversão	Utilização	Atualização
Cíveis	1.262	8	(7)	127	1.390	-	-	-
Trabalhistas	3.900	590	(327)	(57)	82	4.188	-	-
Fiscais	10.834	19.508	(18.491)	356	12.207	-	-	-
<b>Total</b>	<b>15.996</b>	<b>20.106</b>	<b>(327)</b>	<b>(18.555)</b>	<b>565</b>	<b>17.785</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

**17| Patrimônio líquido****a) Capital social**

O capital social é representado por 2.757.180.529 ações ordinárias e 2.757.180.529 ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal. As ações preferenciais gozam do privilégio de prioridade no reembolso do capital social no caso de liquidação ou dissolução, com o prêmio que vier a ser fixado na Assembleia Geral.

**b) Reserva legal**

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do Art. 193 da Lei nº 6.404/1976, até o limite de 20% do capital social. No primeiro semestre de 2016 foi constituída reserva legal de R\$ 886 (2015 - R\$ 0).

**c) Reserva estatutária**

Constituída sob a forma de (i) reserva para equalização de dividendos e tem por finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas, estando limitada a 90% do capital social da Corretora e (ii) reserva para reforço de capital de giro, visando garantir meios financeiros para a operação da Corretora, estando limitada a 10% do seu capital social. Nos semestres findos em 30 de junho de 2016 e 2015 não foi constituída reserva estatutária.

**d) Dividendos e juros sobre o capital próprio**

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual ajustado nos termos da legislação societária, sujeito à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas. Nos semestres findos em 30 de junho de 2016 e 2015 não foram distribuídos dividendos, bem como juros sobre capital próprio.

**e) Ajuste de avaliação patrimonial**

Compreende a diferença entre as estimativas (premissas) e o efetivamente ocorrido nos planos de previdência privada e assistência médica.

**18| Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias**

	2016	2015
Rendas de comissão e colocação de títulos	6.276	6.501
Rendas de corretagens com operações em bolsa	32.297	30.115
Rendas de administração de investimentos	263	384
Rendas de outros serviços	1.388	1.950
<b>Total</b>	<b>40.224</b>	<b>38.950</b>
Receitas de tarifas bancárias - Rendas com taxas de custódia - Pessoa física	1.595	1.412
Receitas de tarifas bancárias - Rendas com corretagens - Pessoa física	3.324	3.775
<b>Total</b>	<b>4.919</b>	<b>5.187</b>

**Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras**

Aos Administradores e à Diretoria da  
**Citigroup Global Markets Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.**  
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Citigroup Global Markets Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Corretora), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

**Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras**

A Administração da Corretora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**19| Despesas com operações de empréstimos e repasses**

O saldo das despesas com operações de empréstimos e repasses refere-se a despesas por empréstimos de ações, e o seu passivo está registrado em "Negociação e intermediação de valores" (nota 8).

**20| Outras despesas administrativas**

	2016	2015
Despesas de aluguel	(656)	(619)
Despesas de comunicações	(426)	(664)
Despesas de manutenção e conservação de bens	(116)	(1.186)
Despesas com comissões (1)	(29)	(7.377)
Despesas de serviços de terceiros	(1.693)	(2.220)
Despesas de serviços técnicos especializados	(1.115)	(1.024)
Despesas de promoções e relações públicas	(122)	(79)
Despesas de processamento de dados	(3.636)	(1.087)
Despesas de viagens	(1.682)	(1.936)
Despesas de amortização e depreciação	(325)	(391)
Despesas de serviços do sistema financeiro	(2.811)	(2.469)
Outras despesas administrativas	(582)	(519)
<b>Total</b>	<b>(13.193)</b>	<b>(19.571)</b>

(1) Refere-se, basicamente, a encargos e à comissão paga à empresa ligada no exterior por indicação de clientes globais.

**21| Outras receitas/(despesas) operacionais**

	2016	2015
<b>Receitas</b>		
Reversão de provisões contingentes	287	327
Atualizações monetárias de depósitos judiciais	612	739
Atualização e recuperação de impostos	276	-
Ajustes de clientes	332	-
MTM positivo de ações tomadas por empréstimos	89	47
Outras	252	375
<b>Total</b>	<b>1.848</b>	<b>1.488</b>
<b>Despesas</b>		
Despesas com contingências	(594)	(598)
Atualizações monetárias de contingências (nota 16)	(744)	(565)
Ajustes de clientes	(482)	(18)
Despesas com provisões operacionais	(506)	(54)
Perdas operacionais	(35)	(39)
Outras	(2.361)	(1.711)

**22| Demonstrativo da base de cálculo do imposto de renda e contribuição social**

	2016	2015
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações</b>	<b>37.330</b>	<b>24.209</b>
(-) Participação estatutária no lucro	(6.246)	(390)
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro</b>	<b>31.084</b>	<b>23.819</b>
<b>Diferenças temporárias</b>	<b>(13.951)</b>	<b>(10.452)</b>
Ajuste ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(3)	(1.922)
Provisão para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas	853	1.790
Provisão para bônus, gratificações e PLR	(15.349)	(10.640)
Provisão para outros pagamentos	548	320
<b>Diferenças permanentes</b>	<b>2</b>	<b>117</b>
Outras	2	117
<b>Resultado antes da compensação de prejuízos fiscais e base negativa</b>	<b>17.135</b>	<b>13.484</b>
<b>Base de cálculo do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>17.135</b>	<b>13.484</b>
Alíquotas de 15% e adicional de 10% para o imposto de renda IRPJ exercícios anteriores	(4.269)	(3.343)
<b>Provisão para imposto de renda</b>	<b>(4.269)</b>	<b>(3.343)</b>
<b>Base tributável diferida</b>	<b>(13.951)</b>	<b>(10.452)</b>
Movimentação da provisão diferida para imposto de renda IRPJ diferida exercícios anteriores	(3.488)	(2.613)
<b>Total da provisão diferida</b>	<b>(3.576)</b>	<b>(2.613)</b>
<b>Total do imposto de renda</b>	<b>(7.845)</b>	<b>(17.513)</b>

**b) Demonstrativo da base de cálculo da contribuição social**

	2016	2015
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações</b>	<b>37.330</b>	<b>24.209</b>
(-) Participação estatutária no lucro	(6.246)	(390)
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro</b>	<b>31.084</b>	<b>23.819</b>
<b>Diferenças temporárias</b>	<b>(13.951)</b>	<b>(10.452)</b>
Ajuste ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(3)	(1.922)
Provisão para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas	853	1.790
Provisão para bônus, gratificações e PLR	(15.349)	(10.640)
Provisão para outros pagamentos	548	320
<b>Diferenças permanentes</b>	<b>4</b>	<b>118</b>
Outras	4	118
<b>Resultado antes da compensação de prejuízos fiscais e base negativa</b>	<b>17.137</b>	<b>13.485</b>
<b>Base de cálculo da contribuição social</b>	<b>17.137</b>	<b>13.485</b>
Alíquotas de 15% para contribuição social	(3.427)	(2.023)
CSLL exercícios anteriores	-	(6.934)
<b>Provisão para contribuição social</b>	<b>(3.427)</b>	<b>(8.957)</b>
<b>Base Tributável diferida</b>	<b>(13.951)</b>	<b>10.452</b>
Movimentação da provisão diferida para contribuição social	(2.093)	(1.567)
Majoração da CSLL 5%	51	-
CSLL diferida exercícios anteriores	(53)	-
<b>Total da provisão diferida</b>	<b>(2.095)</b>	<b>(1.567)</b>
<b>Total da contribuição social</b>	<b>(5.522)</b>	<b>(10.524)</b>

**23| Transações com partes relacionadas****a) Transações com partes relacionadas**

As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução nº 3.750 de 30 de junho de 2009, do Conselho Monetário Nacional - CMN, observado o Pronunciamento Técnico CPC 05 - Divulgação de Partes Relacionadas, aprovado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

	2016		2015	
	Outras partes relacionadas No País (1)	No exterior (2)	Outras partes relacionadas No País (1)	No exterior (2)
Ativo(passivo)				
Disponibilidades	904	-	212	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	205.867	-	130.494	-
Títulos e valores mobiliários	91.415	-		